

---

## Estado, medidas institucionais e estrutura administrativa regional: a alavancagem dos agronegócios como base econômica da região oeste catarinense (1960-2000)<sup>1</sup>

Eduardo von Dentz<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0002-0280-1149>*Recebido em: 16/09/2022**Aprovado em: 25/01/2023*

### Resumo

O papel do Estado pode ser considerado fundamental para alavancar setores econômicos em diferentes regiões do Brasil. Neste artigo, o recorte espacial se dá sobre a mesorregião Oeste catarinense, entendendo-se que a formação econômica e social atrelada ao processo de fortalecimento da estrutura administrativa municipal da região foram importantes para a construção da base econômica regional, do estreitamento das relações campo cidade e da organização econômica do espaço regional. O principal objetivo do artigo é verificar o papel do Estado e das medidas institucionais que contribuíram para a alavancagem e a consolidação de diferentes cadeias produtivas ligadas aos agronegócios da região Oeste catarinense na segunda metade do século XX. Do ponto de vista metodológico, foram utilizados quatro passos para a elaboração do texto, quais sejam: 1) levantamento bibliográfico; 2) levantamento de dados e trabalho de campo; 3) organização e sistematização dos dados; 4) cruzamento dos dados com a bibliografia levantada. Como resultado central, verificou-se que o papel do Estado para o desenvolvimento regional via bancos públicos foi fundamental ao canalizar recursos principalmente no setor agroindustrial.

**Palavras-chave:** estado; bancos públicos; agronegócios; economia regional; oeste catarinense.

**Código JEL:** R11, Q13, H7, P25

---

<sup>1</sup>O presente artigo é parte de uma pesquisa maior, desenvolvida entre 2018 e 2022 em nível de doutorado. Trata-se de um texto que focaliza no papel do histórico Estado via bancos públicos, no financiamento das cadeias produtivas do Oeste catarinense entre 1960 e 2000. Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

<sup>2</sup>Professor substituto de Geografia Humana - UFFS campus Chapecó. Doutor em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Geografia - Unioeste. Licenciado em Geografia – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).E-mail:[eduardovondentz@hotmail.com](mailto:eduardovondentz@hotmail.com).

## **State, institutional measures and administrative structure: the leverage of the agribusiness with economic base of west of Santa Catarina region (1960-2000)**

### **Abstract**

*The role of the State considered fundamental to leverage economic sectors in different regions of Brazil. In this article, the spatial snip on the Western mesoregion of Santa Catarina state, understanding that the economic and social formation linked to the process of fortification the municipal administrative structure of the region were important for the construction of the regional economic base, the narrowing of field and city relations and the economic organization of the regional space. The main objective of the article is to unveil the role of the State and the institutional measures that contributed to the advantage and consolidation of different production chains linked to agribusiness in the Western region of Santa Catarina in the second half of the 20<sup>th</sup> century. Methodologically, four parts were used for the elaboration of the text, namely: 1) bibliographic survey; 2) data collection and fieldwork; 3) organization and systematization of data; 4) crossing the date with the bibliography surveyed. A central result, it founded the role of the State for regional development to public banks was fundamental in channel resources mainly in the agro-industrial sector.*

**Keywords:** *state; public banks; agribusiness; regional economy; west of Santa Catarina.*

**JEL CODE:** R11, Q13, H7, P25

### **Introdução**

O papel do Estado pode ser considerado primordial na alavancagem de setores econômicos em diferentes regiões do Brasil. Neste artigo faz-se uma análise sobre o papel do Estado na alavancagem e consolidação de setores produtivos, principalmente vinculados aos agronegócios<sup>3</sup>, na mesorregião Oeste catarinense.

Segundo o IBGE (2017), o PIB da mesorregião Oeste catarinense, composta por 118 municípios, passou de R\$10,66 bilhões em 2002 para R\$46,91 bilhões em 2017, com crescimento de aproximadamente 300% no período. Em 2017, o Oeste catarinense foi responsável por 16,91% do PIB de Santa Catarina. Em termos de exportações, a região Oeste catarinense passou, em valor FOB, de US\$335 milhões no ano de 2003, para US\$1,04 bilhão no ano de 2019 (BRASIL, 2020). Paralelamente, a produção de soja da região passou de 280 mil toneladas em 2002 para 1,2 milhão de toneladas em 2018. A produção de leite na região passou de 602 milhões de litros no ano 2000, para 2,3 bilhões de litros em 2018. O rebanho de bovinos passou de 1,3 milhão de cabeças no ano 2000 para 2,1 milhões em 2018. O rebanho de suínos passou de 3,7 milhões de cabeças no ano 2000 para 6 milhões em 2018 (IBGE, 1974-2018). Trata-se de uma região que possui nos agronegócios um importante

---

<sup>3</sup>Diferentemente de uma vasta bibliografia que define agronegócio apenas ao que está ligado à produção de *commodities* e ao tamanho da área produtiva, define-se aqui o agronegócio como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e pelo seu consumo final” (CONTINI *et al.*, 2006, p. 6). Didaticamente, o agronegócio é apenas um marco conceitual para delimitar o sistema integrado de produção, comercialização, distribuição e consumo de uma mercadoria (JANK, 2005).

complexo econômico-produtivo. Para constituir esse complexo econômico-produtivo, as medidas institucionais via financiamento e dispêndios de crédito realizados pelo Estado<sup>4</sup> foram relevantes nesta região.

Dessa maneira, principalmente na segunda metade do século XX, a estrutura produtiva da região Oeste catarinense recebeu diferentes incentivos institucionais para aumentar a capacidade de produção. O Banco de Desenvolvimento do Estado (Santa Catarina – BDE), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são algumas das instituições públicas de financiamento dos setores produtivos que tiveram participação na consolidação da estrutura produtiva da região Oeste catarinense (GOULARTI FILHO, 2016).

A capacidade de investimento desses bancos e agências de fomento ao desenvolvimento causaram uma verdadeira revolução na capacidade produtiva de alimentos processados do Oeste catarinense, mas também gerou um efeito multiplicador no desenvolvimento de inúmeros outros setores produtivos, antes pouco expressivos ou inexistentes, tais como: metal mecânico, embalagens, máquinas e equipamentos, materiais elétricos, serviços e produtos de suporte aos agronegócios, indústria química, instituições de formação de mão de obra qualificada, dentre outros. Neste sentido, a pergunta central que o presente artigo busca responder é: qual foi o papel do Estado, pelas instituições públicas de fomento e financiamento das atividades produtivas, na alavancagem dos agronegócios da mesorregião do Oeste catarinense, sobretudo a partir da segunda metade do século XX? Em vista da problemática supracitada, o principal objetivo desse artigo é verificar o papel do Estado na alavancagem e consolidação de diferentes cadeias produtivas ligadas aos agronegócios da região Oeste catarinense, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Ao mesmo tempo, o texto relaciona o papel do Estado com a base econômica da região e com a formação da estrutura administrativa municipal especificamente neste recorte regional.

Do ponto de vista metodológico, visando alcançar o objetivo central do texto, foram utilizados quatro passos, quais sejam: 1) levantamento bibliográfico; 2) levantamento de dados; 3) organização e sistematização dos dados; 4) cruzamento dos dados com a bibliografia levantada. Ademais, a estrutura do texto encontra-se dividida da seguinte forma: além da introdução e das considerações finais, o texto possui dois tópicos, sendo o primeiro sobre os desembolsos que os bancos públicos realizaram entre 1960 e 2000; e no segundo tópico é apresentado uma análise dos efeitos desses investimentos na organização do espaço regional e na relação campo-cidade na referida região.

### **O papel dos bancos públicos no desenvolvimento econômico do oeste catarinense (1960-2000)**

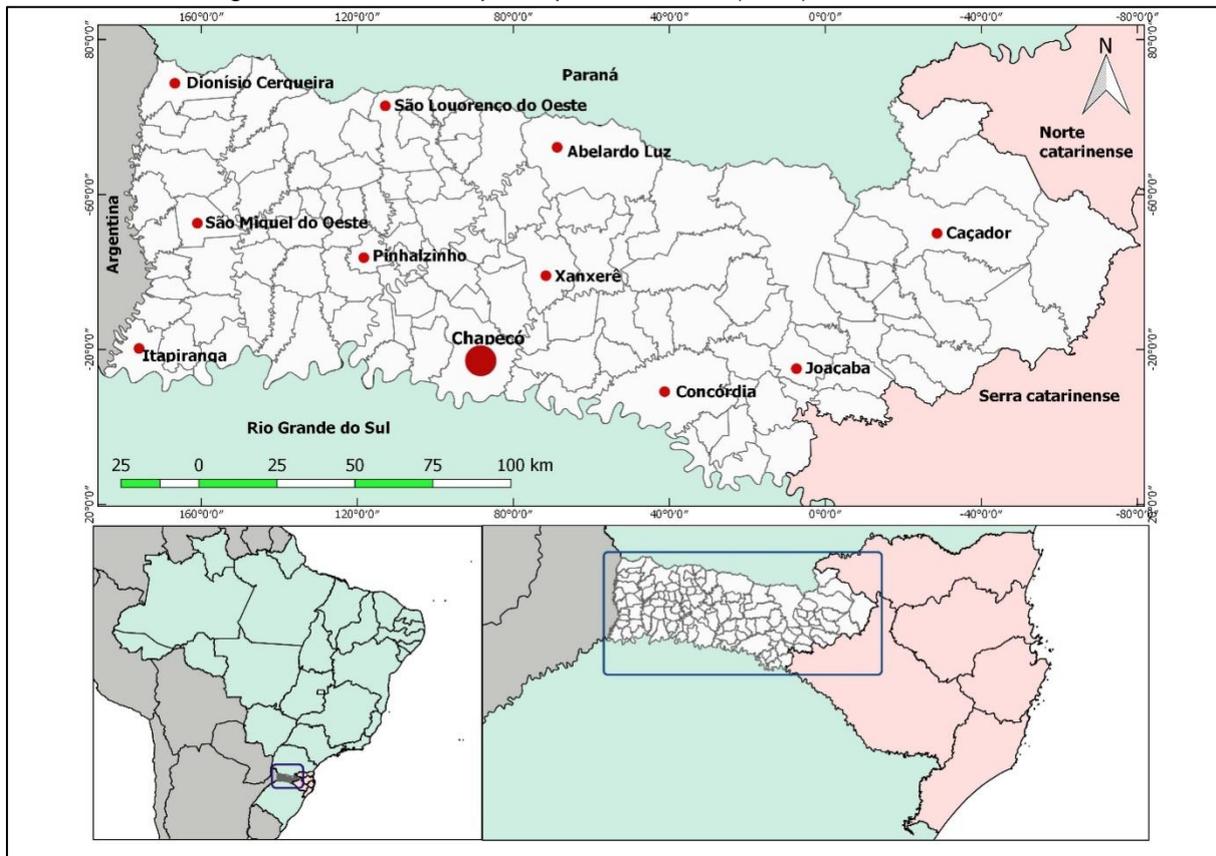
A região Oeste catarinense- Mapa 1 - não teria dado os passos necessários para a consolidação da sua estrutura produtiva assentada nos agronegócios sem que a atuação do Estado estivesse presente nos processos de desenvolvimento econômico.

---

<sup>4</sup>Em todo o texto optou-se por focar no crédito concedido pelo Estado. O crédito concedido pelo setor privado pode ser objeto de pesquisa e comparação com o crédito público, na região abordada, em futuras pesquisas e artigos.

**Mapa 1 - Divisão municipal e principais cidades da mesorregião Oeste catarinense**

Fonte: Base cartográfica do IBGE. Adaptado por Von Dentz (2022).



A região oeste catarinense, delimitada pelo IBGE em 1990 é composta por 118 municípios<sup>5</sup>. A partir de 1950, a valorização dos produtos alimentícios, sobretudo os processados pela indústria, no Brasil tornou o setor um dos mais rentáveis da economia, muito em função do chamado período do milagre econômico que o Brasil viveu nas décadas de 1960 e 1970 (RANGEL, 1985).

Desse modo, para entender as transformações ocorridas na estrutura produtiva do Oeste de Santa Catarina, é preciso analisar o tema num contexto mais amplo, ou seja, abarcando as escalas nacional e estadual. Consequente, assim como no Brasil,

<sup>5</sup>Delimitada pelo IBGE em 1990, esta mesorregião é composta por 118 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caçador, Caibi, Calmon, Campo Erê, Capinzal, Catanduvas, Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Fraiburgo, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Herval d'Oeste, Ibiã, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Itá, Itapiranga, Jaborá, Jardinópolis, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Maravilha, Marema, Matos Costa, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro, Ouro Verde, Paial, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco, Princesa, Quilombo, Rio das Antas, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Salto Veloso, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tangará, Tigrinhos, Treze Tílias, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Vargem Bonita, Videira, Xanxerê, Xavantina e Xaxim.

a modernização da agricultura no Oeste catarinense ocorreu paulatinamente, tendo como marco histórico a década de 1960, quando as mudanças tecnológicas e a ação das cooperativas, aliadas ao uso do capital no campo, tiveram avanços percebidos. A chamada “revolução verde” ficou conhecida na literatura como um marco, a partir do qual a modernização da agricultura ocorreu de forma mais intensa (SILVA, 1998). Na medida em que os colonos fixados nas terras da região foram sendo introduzidos no sistema de produção para o comércio, a modernização das técnicas agrícolas apresentava-se como importante ferramenta que otimizava o rendimento das práticas agrícolas, mas sobretudo davam a possibilidade aos agricultores de fazer o trabalho agrícola render mais, especialmente com a mecanização do plantio e da colheita.

Contudo, esses avanços técnicos seriam impossíveis de ocorrer sem a concessão de crédito subsidiado aos agricultores. Esse fato diz respeito ao Brasil como um todo. O crédito foi concedido via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), principalmente sobre o cultivo de lavouras temporárias (milho, soja, trigo, arroz, feijão, dentre outras) e produção pecuária (aves, bovinocultura de leite, suínos, dentre outros). Na medida em que a modernização do setor agrícola foi acontecendo, necessariamente novas formas de financiamento para sua difusão vinham se apresentando como fundamentais. Ademais, outras políticas de alcance macroeconômico almejavam que o Brasil deixasse de depender do mercado externo para obter produtos agrícolas. Nesse contexto, a política de substituição de importações contribuiu com a ideia de modernizar a agricultura, contexto no qual o Estado atuou como norteador do processo de modernização da agropecuária, visando o alcance das metas estabelecidas em nível macroeconômico, dentre elas tornar o país autossuficiente, mas também uma referência mundial no setor agropecuário.

A modernização das atividades agropecuárias, no entanto, ocorreu de modo desigual e em diferente nível de tecnificação nas unidades produtivas. Silva (1998) afirma que não se tratou de um processo homogêneo, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista das dinâmicas que o promoveram, seja ainda do ponto de vista dos agricultores que foram beneficiados. Em outras palavras, pode-se dizer que os agricultores que tinham as melhores condições de investimento, tanto no processo produtivo quanto na industrialização dos produtos, eram aqueles mais capitalizados e com maior poder individual de acessar o crédito. Por essas razões, até os dias de hoje é comum identificar no Oeste catarinense agricultores em maior e menor grau de capitalização para implementação de processos técnicos nas propriedades. Assim, desde a implantação dos pacotes tecnológicos houve processos seletivos daqueles que fariam parte da modernização.

Com isso, pode-se inferir que a modernização da agricultura, além das mudanças provocadas no espaço rural, visou, a todo momento, à entrada do capital no campo. Ademais, no Oeste catarinense a agricultura está ligada à integração das unidades produtivas – pequena, média e grande – com as redes de produção locais e extra locais. Esse sistema de integração é voltado para a compra e venda de insumos industrializados, bem como a industrialização dos próprios produtos agrícolas, de modo que se adeque às demandas e exigências do mercado nacional e internacional de alimentos processados. Neste sentido, à medida que o Oeste catarinense se tornou uma região especializada no processamento de produtos derivados da agropecuária, maior foi se mostrando presente a intervenção do Estado para a consolidação dessas atividades.

Em 1962, com a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), ocorreu uma nova fase do sistema de crédito no estado de Santa

Catarina. Antes da sua criação, o foco do crédito em SC era destinado principalmente para o fomento ao consumo, mas passou a ser direcionado para o incentivo ao investimento com retornos a longo prazo. Além do BRDE, na década de 1960 foram criados outros mecanismos de financiamento do setor produtivo, como o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) e o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), além da criação da Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC). Todas essas instituições de fomento foram criadas com o propósito comum de fomentar e incentivar a indústria de modo geral, e principalmente a agroindústria catarinense.

De acordo com Goularti Filho (2016), destacaram-se em Santa Catarina três agências de fomento ao setor produtivo: o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, que a partir de 1969 perdeu o caráter de banco de fomento; o BRDE e a BADESC. A desaceleração da economia brasileira no período 1962-67 criou nova configuração no sistema financeiro brasileiro, que passava a incluir novos ativos financeiros, modernização operativa, especialização de funções e endividamento extrabancário. Tavares (1983) aponta que essa nova configuração foi seguida de um processo de competição de acesso aos recursos pelos clientes, que culminou num processo de concentração do sistema bancário em Santa Catarina. Assim, em 1964 havia 336 bancos comerciais no estado, sendo que em 1970 esse número caiu para 195. Nesse período, alguns bancos foram incorporados por outros, como foi o caso do Banco INCO, incorporado pelo Bradesco (TAVARES, 1983).

No entanto, Goularti Filho (2016) assinala que a criação dos bancos de fomento ao desenvolvimento produtivo em Santa Catarina fez parte de um contexto nacional de criação de inúmeros bancos e agências de fomento em nível dos estados. Assim, desde 1930, muitos estados do Brasil passaram a financiar o desenvolvimento regionalizado. Nesse contexto, a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) em Santa Catarina visava um novo padrão de crescimento que emergia na economia catarinense. No período de 1962-69, do crédito disponibilizado pelo BDE no estado de Santa Catarina, 54% foram destinados ao setor industrial, 32% à agricultura e 14% ao setor comercial. Se for considerado o total de recursos destinados à indústria, vale destacar que em torno de 70% foi direcionado ao setor da indústria alimentar, ou seja, a região Oeste catarinense foi bastante beneficiada por esses recursos (GOULARTI FILHO, 2016; SCHMITZ, 1992). Na tabela 01 é possível analisar os desembolsos totais do BDE no período de 1962 a 1969.

**Tabela 1** - Desembolsos totais do BDE (1962-69) a preços constantes de 1969

Ano	Desembolsos totais em NCr\$ <sup>6</sup>
1962	56.456,28
1963	111.488,71
1964	87.076,08
1965	155.342,80
1966	166.751,36
1967	273.981,68
1968	508.300,49
1969	822.556,77

Fonte: Adaptado por Schmitz (1992) e Goularti Filho (2016).

Conforme a tabela 01, para o período dos dados, foram significativos os valores desembolsados pelo BDE para financiar o crescimento econômico de Santa Catarina. O salto de desembolsos realizados nos anos de 1968 e 1969, em relação a 1967, chama atenção, período no qual o valor mais que triplicou. A partir de 1968, com a reforma bancária promovida pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o BDE perdeu seu caráter de banco de investimento e passou a ser um banco comercial, tendo, inclusive, mudado de nome para Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Desse modo, o foco dos recursos destinados ao fomento da economia mudou, pois o BESC passou a atender o pequeno e microempresário com fornecimento de crédito a curto prazo (GOULARTI FILHO, 2016).

No contexto da região Sul do Brasil, em 1962 foi criado o BRDE, numa ação conjunta dos três governos: SC, PR e RS. O BRDE foi criado a partir da necessidade de novas instituições financiadoras do desenvolvimento econômico, visando alavancar o potencial industrial que se mostrava vigoroso no Brasil meridional. Ademais, se os bancos locais dessem conta de financiar o desenvolvimento regional, talvez o BRDE inexistisse; no entanto,

[...] A criação do BRDE foi vista como materialização das propostas desenvolvimentistas que vigiam à época, as quais, em condições específicas e com suas peculiaridades, encontramos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná na década de 1950 (FONSECA, 1988, p. 83).

Durante o período 1963-1980, as indústrias têxteis e alimentar foram as que mais receberam recursos do BRDE, com 19,7% e 18% das operações contratadas, respectivamente. Além disso, setores como o eletro metalmeccânico e o mineral não metálico foram beneficiados com parcela importante dos recursos desembolsados pelo BRDE. Em 1988, o BRDE entrou numa intervenção judicial, o que impossibilita o acesso aos dados correntes de desembolsos realizados pelo banco. No entanto, é possível acessar a porcentagem do total de desembolsos realizados pelo BRDE para cada um dos três estados que compõem a região Sul do Brasil (Tabela 2). Diferentemente do que ocorreu na década de 1980, entre 1992 e 1996 Santa Catarina foi beneficiada com 287 milhões de dólares, o que representa 36,1% dos recursos totais do BRDE no período mencionado (GOULARTI FILHO, 2016). Na Tabela 2, é

<sup>6</sup>Sigla referente ao Cruzeiro Novo, moeda que circulou provisoriamente no Brasil no período entre 13 de fevereiro de 1967 até 14 de maio de 1970, durante o regime militar, no governo do Marechal Artur da Costa e Silva.

possível verificar a porcentagem de participação dos estados da região Sul nos desembolsos do BRDE no período 1980-1996.

**Tabela 2** - Desembolsos do BRDE nos estados da região Sul do Brasil (1980-96)

Ano	% Paraná	% Santa Catarina	% Rio Grande do Sul
1980	18,3	16,3	65,4
1981	22,1	14,3	63,6
1982	17,5	18,7	63,8
1983	18,3	19	62,7
1984	19,3	20,5	60,2
1985	20,2	23,9	55,9
1986	20,6	27,8	51,6
1992	58,3	33,3	8,3
1993	43,2	31,8	25
1994	25,9	40,3	33,8
1995	36,8	32,3	30,9
1996	26,5	37,4	36,1

**Fonte:** Relatório anual de atividades do BRDE (1980-1996).

Como aponta a tabela 02, na década de 1980 os recursos do BRDE ficaram concentrados sobre o estado do Rio Grande do Sul, o qual participou com mais de 50% dos desembolsos totais, considerando o total de três estados. Por outro lado, na década de 1990, comparado ao que foi a distribuição dos recursos na década de 1980, houve uma equiparação nos desembolsos do BRDE para os três estados. No entanto, a partir da década de 1980, em grande medida seguindo determinações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a atuação do BRDE começou a perder força, pois os estados membros entendiam que era preciso fortalecer suas agências individuais de fomento ao desenvolvimento. Em função desse cenário, a partir da segunda metade da década de 1970, em Santa Catarina entrou em operação o BADESC, com objetivo de adequar o padrão de financiamento aos modelos básicos do BNDE, visando atender à realidade catarinense (GOULARTI FILHO, 2016).

O primeiro relatório divulgado pelo BADESC (1975-1999), aponta que seu desempenho estava atrelado ao que propunha o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Na verdade, o BADESC funcionou como instrumento para ajustar os objetivos do II PND à realidade catarinense, de maneira muito parecida ao que ocorreu em outros estados do Brasil com seus bancos estaduais. Assim, visando o desenvolvimento da economia, a atuação do BADESC até meados de 1983 era de maior intensidade no setor público, em áreas como energia elétrica, armazenamento de grãos, dentre outros. Já no setor privado, o BADESC manteve uma intervenção menos expressiva e pouco concentrada em áreas específicas. Goularti Filho (2016) sinaliza que, no período de 1975, quando o BADESC foi criado, até 1979, os desembolsos realizados se deram nas seguintes proporções: 12% para a agricultura, 8% para a pecuária, 33% para a indústria dinâmica, 27% para a indústria tradicional, 10% para o comércio e 10% para o governo.

Quando o período dos empréstimos (desembolsos) realizados pelo BADESC é considerado em maior amplitude, nota-se que os setores têxtil e agroindustrial têm maior participação, como demonstra a Tabela 3.

**Tabela 3** - Desembolsos do BADESC por setores em % (1975-1999)

<b>Setores</b>	<b>Participação em %</b>
Têxtil	17
Agroindústria	17
Comércio/serviços/turismo	15
Cerâmico	13
Bebidas	11
Infraestrutura	10
Eletrometalmecânico	10
Outros	7
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Relatório de atividades BADESC (1975-1999).

Na Tabela 3 é possível perceber que, a partir do momento em que o financiamento bancário passa a atuar com grande força no empreendedorismo industrial de catarinense, a participação da atuação do BADESC no setor agroindustrial, por exemplo, é a maior da tabela 03, juntamente com o setor têxtil. Em parte, isso explica o forte desenvolvimento das agroindústrias no Oeste do estado, que se fortaleceram após os anos 2000, mas tiveram uma base de investimentos na década de 1970. Conforme Goularti Filho (2016), os recursos do BADESC para o Oeste foram quase que na sua totalidade destinados ao setor agroindustrial, pois, se considerado o total de recursos do BADESC distribuídos por mesorregião de Santa Catarina, o Oeste participou com apenas 9% dos recursos totais no mesmo período dos dados da tabela 03, o que permite afirmar, considerando os 17% para o setor agroindustrial da tabela 03, que praticamente todo recurso do BADESC investido no Oeste do estado ocorreu neste setor.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 foram criados três programas de incentivo fiscal com base no Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICM), que mais tarde se transformou no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no estado de Santa Catarina: o FUNDESC (extinto em 1975), o PROCAPE (extinto em 1984) e o PRODEC. Por intermédio desses três programas, além dos desembolsos do BRDE e do BADESC, de 1962 até 1999 o setor de alimentos de Santa Catarina recebeu 32,9% do total dos recursos liberados pelos órgãos citados. Trata-se do setor que mais foi beneficiado no estado, seguido dos setores eletro metalmecânico (16,3%), têxtil-vestuário (16,1%), minerais (9,6%) e plásticos (4,5%). Desse modo, os órgãos de financiamento do crescimento econômico de Santa Catarina, em acordo com o projeto de expansão das atividades industriais ligadas à agropecuária em escala nacional, foram importantes propulsores na transformação do Oeste catarinense, numa região especializada no setor de alimentos.

No entanto, em escala nacional, a concentração fundiária, desde a época dos senhores de engenhos e barões do café, foi um problema recorrente que, de uma forma ou de outra, repercutiu em todo território nacional. Em alguns períodos, como da década de 1950 até 1970, o forte crescimento econômico puxado pela industrialização amortecia o problema agrário. Isso forçou muitas pessoas a migrarem do campo para a cidade, buscando o trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, mecanizava-se a agropecuária, pois era preciso produzir alimentos em maiores volumes para a grande quantidade de pessoas que se destinavam a residir nas cidades. Desse modo, a industrialização intensa ocorrida após 1955 e “as políticas de crédito e de subsídios liberados pelo Estado encarregavam-se de modernizar a

agricultura brasileira, tornando-a um ramo da indústria” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 257). Assim, ainda que tenha ocorrido importantes divisões de terras no Brasil, a exemplo do que ocorreu no próprio Oeste catarinense, a reforma agrária foi deixada de lado, e foi possível manter o interesse da burguesia industrial e das oligarquias. Assim, o campo foi mecanizado, mesmo sem um projeto nacional de reforma agrária que tenha dado certo.

Neste sentido, segundo Silva (1998), pode-se dizer que a modernização da agricultura foi conservadora e concentradora. Como sugerem Silva e Kageyama (1998), pode-se dividir o processo de modernização da agricultura brasileira em quatro principais períodos: 1) de 1850 a 1890: período em que ocorreu a decomposição do chamado complexo rural, das chamadas *plantations*, nas quais havia apenas um produto de valor comercial; 2) de 1890 a 1930: período marcado pelo auge do café, com expansão das atividades urbanas, nascimento e consolidação do capital industrial. Neste período ocorreu a separação do setor de produção de alimentos, que até então era ligado às fazendas, quebrando com a rigidez da estrutura autárquica. Isso permitiu o surgimento das primeiras indústrias de óleo, açúcar e álcool (RANGEL, 1990); 3) de 1930 a 1965: período em que ocorreu a diversificação na agricultura voltada ao abastecimento do mercado interno. Nesse período, a indústria também se especializou para o fornecimento de bens de produção à agropecuária, o que dependia de financiamento bancário; e 4) de 1965 em diante: período em que o setor de bens de produção foi internalizado na agricultura. Nesse período, a dinâmica começou a ser ditada pela ação do Estado, através da liberação de crédito<sup>7</sup>. Com isso, surgiram os complexos agroindustriais (CAIs), que passaram a ser os novos determinantes da agropecuária dentro de uma estrutura complexa, heterogênea e globalizada.

Neste contexto é preciso algumas ponderações ao analisar o estado de Santa Catarina. Uma primeira consideração é a de que, exceto os campos de Lages, Santa Catarina possui uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, sendo que mais de 90% dos estabelecimentos rurais ficam abaixo dos 50 hectares de área no estado. Disso decorreu a reprodução da pequena produção mercantil, baseada no povoamento dos agricultores em pequenos pedaços de terra e na produção agropecuária de subsistência que, mais tarde, esteve estritamente voltada ao destino comercial. Contudo, como vem-se demonstrando, a evolução dessas relações comerciais, da produção agrícola e pecuária e a própria modernização agropecuária do Oeste catarinense ocorreu, em grande medida, em função dos desembolsos realizados pelo Estado. No caso dos investimentos realizados pelo BNDES no estado de Santa Catarina<sup>8</sup>, o Gráfico 1 aponta que, de 1965 até 1995, houve importante crescimento da participação do estado nos investimentos do BNDES.

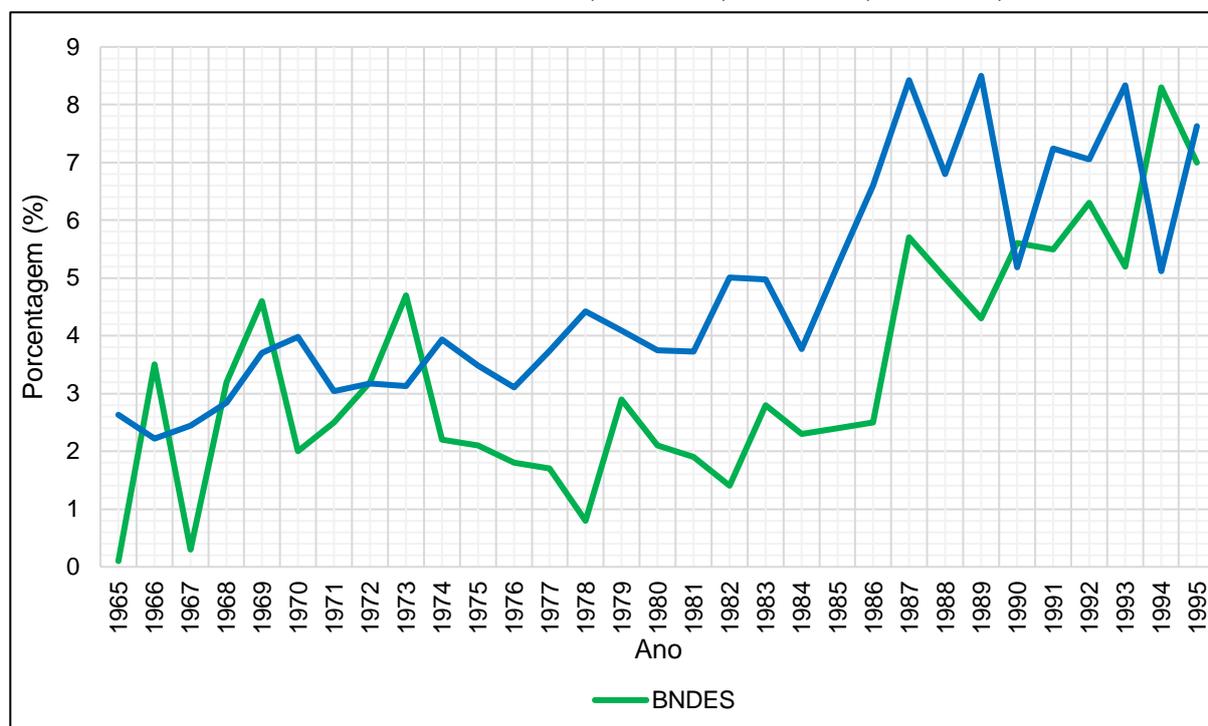
---

<sup>7</sup>O crédito liberado pelo Estado não deve ser tratado como único e exclusivo instrumento de impulsão das atividades econômico-produtivas regionais. Houveram inúmeras outras formas de financiamento (as quais não foram exploradas no presente artigo) nos setores da indústria, do comércio, dos serviços e da própria agropecuária que vão além da simples liberação de crédito.

<sup>8</sup>Os dados aparecem sobre o estado de Santa Catarina e não sobre a mesorregião Oeste catarinense, recorte espacial do presente artigo, ocorrem pela razão de os mesmos não se encontrarem disponíveis para a escala regional estudada (mesorregião Oeste catarinense). No gráfico 01 que trata dos dados referentes aos desembolsos do BNDES e do Banco do Brasil, isso se faz presente. Também se faz presente esta situação nas tabelas 01, 02, 03 e nas figuras 01, 02, 03 e 04 que apontam para a divisão municipal de Santa Catarina. Isso, entretanto, não elimina a possibilidade apresentada neste artigo, de focalizar a análise sobre uma região do estado, isto é, o Oeste catarinense.

**Gráfico 1** - Participação de Santa Catarina (%) nos desembolsos realizados pelo BNDES e pelo Banco do Brasil no período 1965-1995

Fonte: Anuários estatísticos do Banco do Brasil (1965-1995) e BNDES (1965-1995)



Como pode ser visto no gráfico 01, o estado de Santa Catarina, embora com algumas oscilações, apresentou crescimento significativo na participação total dos desembolsos do BNDES e do Banco do Brasil entre 1965 e 1995. Em 1965, do total dos desembolsos do BNDES no Brasil, Santa Catarina participava com apenas 0,3%, enquanto em 1995 essa participação saltou para mais de 7%. No caso do Banco do Brasil, enquanto em 1965 Santa Catarina participava com 2,7% do total dos desembolsos nacionais, em 1995 chegou a 7,8% de participação. Esses dados contribuem para compreensão da importância do Estado no financiamento do desenvolvimento econômico catarinense.

Neste sentido, o Censo Agropecuário de 1995-96 permite uma relação com os dados do gráfico 01, no intuito de explicar que os desembolsos do BNDES e do Banco do Brasil repercutiram no desenvolvimento dos agronegócios do Oeste do estado, haja vista que, em 1995, a região era responsável por 56,9% da safra catarinense de grãos, sendo: 69,7% da produção de trigo, 67,8% da produção de milho, 62,3% da produção de soja e 51,5% da produção de feijão. No setor de carne, ainda com base nos dados do censo agropecuário de 1995-96, o Oeste catarinense representava 81,7% da criação estadual de suínos, 43% do rebanho de bovinos de corte e 46,3% do rebanho de aves. Desse modo, o papel do Estado foi historicamente determinante para o desenvolvimento dos agronegócios no Oeste catarinense.

Neste contexto, cabe enfatizar sobre a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, a criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI), a implementação do Programa Agroindústria (PAGRI), além do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE). Mais especificamente no Sul do Brasil, como mencionado, a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do

Extremo Sul (BRDE), em 1961, desempenhou papel específico no desenvolvimento agroindustrial. De acordo com Espíndola (2002), do total de recursos investidos no setor agroindustrial de Santa Catarina, cerca de 40% foi aplicado no Oeste do estado.

Portanto, do mesmo modo que buscou-se demonstrar a importância da dinâmica agropecuária no Oeste catarinense e sua transformação ao longo dos anos, vale ressaltar que a elevação do crédito concedido pelo Estado não responde isoladamente pelos avanços ocorridos no setor agropecuário. A agricultura brasileira é parte integrante da dinâmica econômica nacional. Rangel (2012) e Silva (1998) ressaltam que o desenvolvimento do motor econômico brasileiro fez com que a agricultura fosse vista como um setor estratégico para o crescimento nacional desde o início da segunda metade do século XX. É nesta ótica que o papel do Estado se torna fundamental para desenvolver os agronegócios, ou seja, para desenvolver a economia de modo mais amplo. No Oeste catarinense foi possível ver os reflexos desse projeto, conforme veio sendo demonstrado. De certa maneira, isso permite relativizar a “modernização conservadora” de Silva (1998), uma vez que com as políticas de Estado dos anos 2000, os benefícios puderam chegar a todos os agricultores, ainda que não tenha sido nas mesmas quantidades e/ou proporções.

Neste sentido, no próximo item será focado na relação campo-cidade, de maneira interdependente, resultante das metamorfoses ocorridas no Oeste catarinense. Com isso, procurar-se-á compreender que, desde o início da ocupação da região, a formação das cidades esteve ligada aos processos produtivos que aconteciam nos segmentos produtivos da agropecuária.

### **Organização do espaço regional, divisão administrativa municipal e a relação campo-cidade no oeste catarinense (1960-2000)**

O espaço é um produto da sociedade, ou seja, um produto dos agentes que atuam nele próprio. Na concepção de Lefebvre (1974), falar da produção do espaço significa falar do espaço social, isto é, do espaço produzido, transformado, modificado pelas ações humanas. Por isso se faz importante para os estudos econômicos regionais analisar como se dá a organização do espaço, do ponto de vista dos agentes que o moldam constantemente. Segundo Lefebvre (1974), o conceito de produção do espaço se desdobra, de um lado, na produção de produtos (as coisas, os bens, as mercadorias) e de outro lado na produção das obras (o conhecimento, as ideologias e as instituições). O capitalismo, neste contexto, tem posto os pés sobre a agricultura e também sobre a cidade – mesmo que tanto em uma quanto em outra há realidades históricas anteriores ao capitalismo. Segundo Lefebvre (1974), o capitalismo deixou de se apoiar somente sobre as empresas e o mercado, mas se apoia sobre o espaço, ou seja, o espaço que a sociedade capitalista produz.

Neste sentido, quando se fala dos agentes de produção do espaço, é preciso ir além da velha divisão entre cidade e campo, pois ambos funcionam em inter-relação. Basta ver como funcionam as agroindústrias, que dependem da matéria-prima vinda do campo, mas também são totalmente dependentes dos trabalhadores urbanos. Neste contexto, vale destacar que o processo de formação das cidades do Oeste catarinense iniciou-se com o processo de ocupação da região, com o processo de produção agropecuária e com o fortalecimento da pequena produção mercantil. Ao mesmo tempo em que a ocupação da região ocorreu inicialmente sobre uma base rural, surgiam as primeiras vilas, nas quais desenvolveu-se um comércio incipiente de produtos básicos. Pode-se dizer que, junto do movimento de colonização, ocorreu um

movimento de formação de uma rede urbana (CORRÊA, 1989a), que assumiu diferentes formas de organização e expansão do capitalismo na região. Entretanto, as redes não se manifestam homogêneas, mas ao contrário, são cada vez mais heterogêneas, possuindo destaque para os lugares privilegiados perante as decisões e fluxos, sempre ligadas às melhores condições de produção e reprodução do capital.

Neste viés, o papel das cidades do Oeste catarinense, exercido por núcleos urbanos como Chapecó, Joaçaba, Concórdia, São Lourenço do Oeste, Xanxerê e São Miguel do Oeste; cumpriram, historicamente, funções heterogêneas na rede urbana da região (FRESCA, 2004). Tanto é assim, que se trata de cidades que, desde o início da colonização, tornaram-se vilas que concentraram atividades comerciais. Tornaram-se privilegiadas do ponto de vista de funções e oferta de serviços para uma área ao seu redor (hinterlândia). No entanto, Corrêa (1989a) afirma que a rede urbana brasileira possui três características que se destacaram por volta da década de 1960: 1) pequena complexidade funcional dos centros urbanos; 2) pequeno grau de articulação entre os centros; e, 3) padrão espacial com que a rede urbana estava construída. Essas características podem ser aplicadas à incipiente rede urbana do Oeste catarinense, pois a articulação entre os centros urbanos, pelo menos até os anos 1990, deu-se com pouca complexidade funcional.

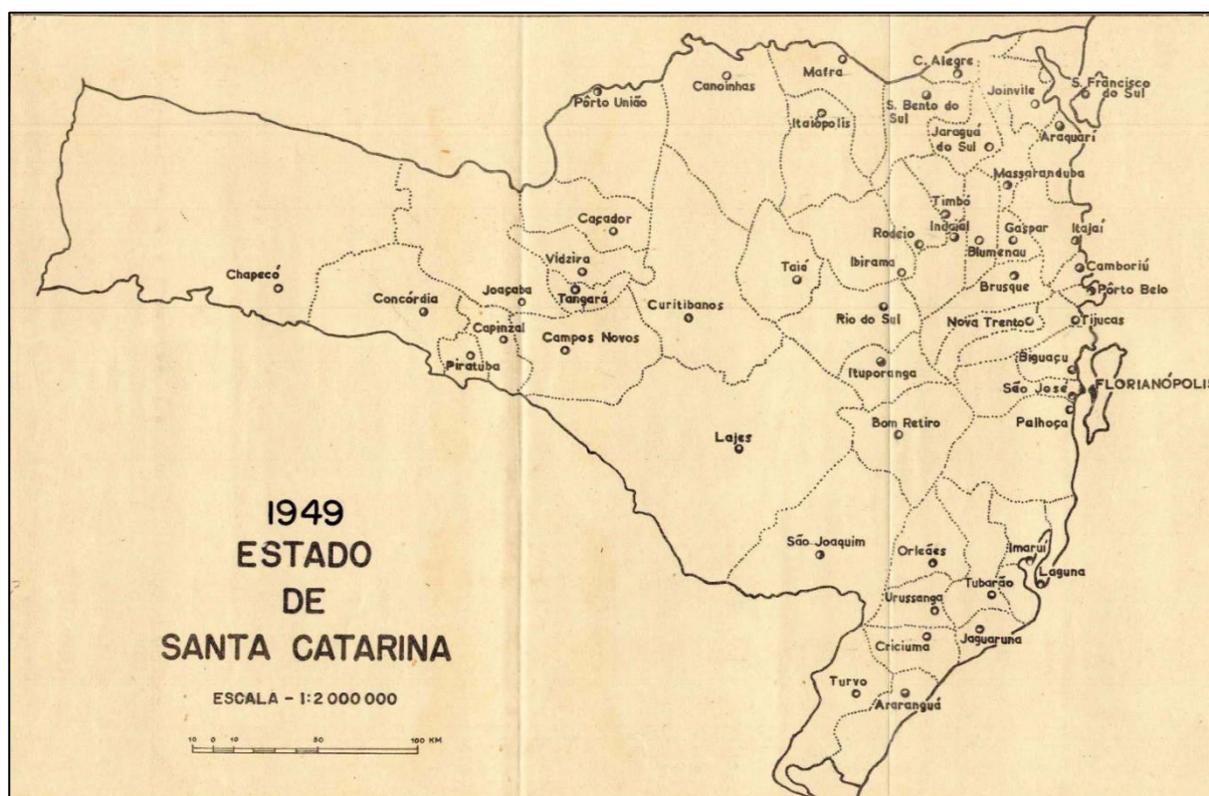
Na verdade, a rede urbana decorre de uma soma de tempos e processos (CORRÊA, 1989b). A divisão municipal do Oeste catarinense em diferentes momentos do século XX é fundamental para a compreensão da constituição da rede urbana regional. Trata-se de uma rede urbana que nasce e se transforma, até os anos 2000, com uma relação estreita com a produção agropecuária da região. Conforme a Figura 1, em 1949 o Oeste catarinense<sup>9</sup> era composto por apenas 8 municípios (Chapecó, Joaçaba, Concórdia, Piratuba, Caçador, Videira, Capinzal e Tangará).

Chama atenção, nesta época, a vasta área que pertencia ao município de Chapecó, sendo que sua fronteira ocidental se dava com a Argentina e sua extensão no sentido Leste-Oeste ultrapassava 200km. Tratava-se do maior município em extensão territorial do Oeste catarinense e do estado de Santa Catarina (Figura 01). Outro aspecto que chama atenção é que, dos 8 municípios que constituíam a divisão político-administrativa do Oeste catarinense em 1949, 4 deles estão até hoje entre os mais importantes centros urbanos da região (Chapecó, Concórdia, Caçador e Joaçaba). Com isso, confirma-se que a formação da rede urbana do Oeste catarinense está atrelada à oferta de alguns serviços consolidados como urbanos que, historicamente, algumas cidades concentraram na região. Trata-se de atividades essenciais à vida humana (hospitais, escolas, comércio em geral, casas bancárias, moinhos, ferrarias, marcenarias, dentre outros serviços).

---

<sup>9</sup>Os mapas encontrados no acervo digital de mapas catarinenses (<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>) são sobre a divisão política municipal estadual. Porém, o objetivo é centrar as atenções sobre a mesorregião Oeste do estado. Não foi possível compilar a divisão política municipal somente da mesorregião Oeste catarinense nos diferentes períodos.

**Figura 1 - Divisão municipal de Santa Catarina – 1949**

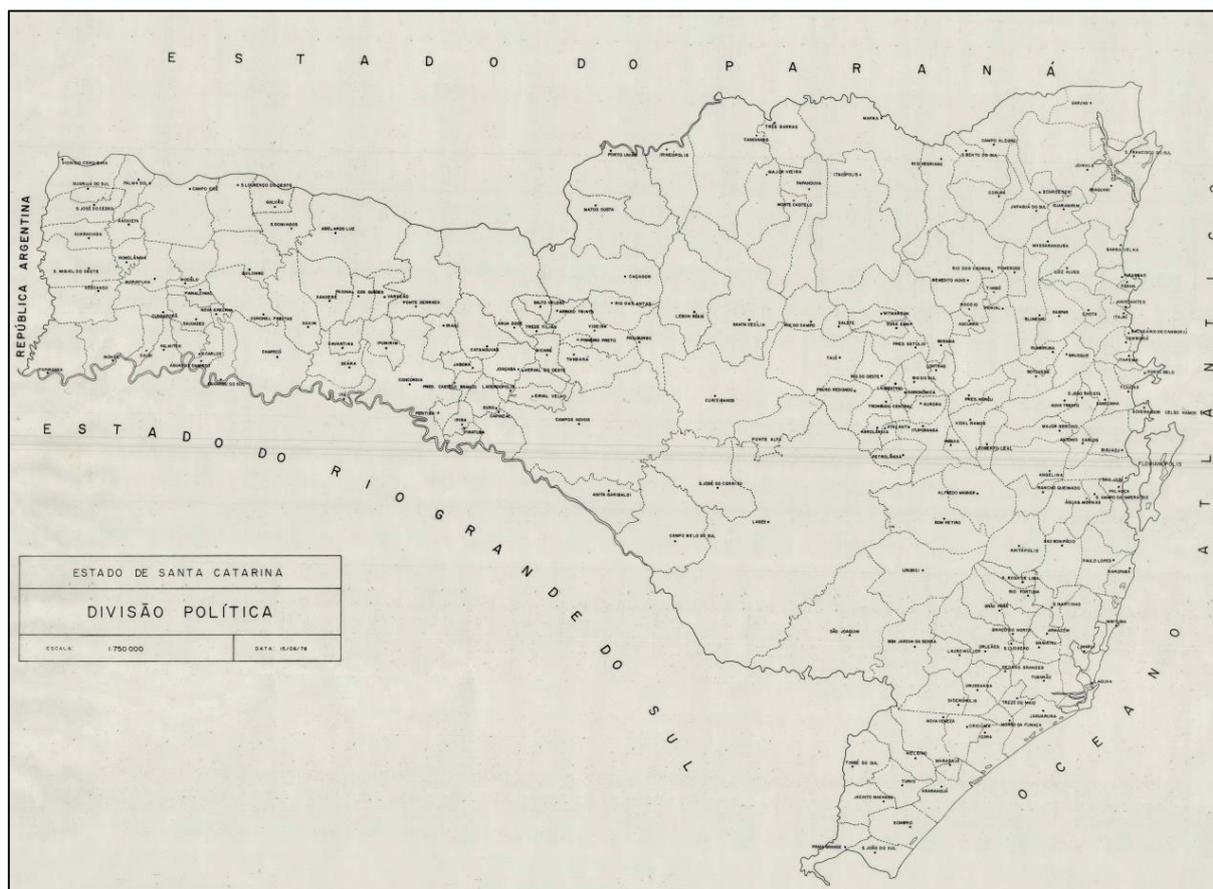


**Fonte:** Acervo digital de mapas catarinenses, (SANTA CATARINA, 1949-1997)

Na década de 1950, o número de municípios emancipados foi maior. Como pode ser visto na Figura 2, em 1957 a região Oeste de Santa Catarina contava com 31 municípios. Do ponto de vista político-administrativo, a partir de 1957 a área territorial de municípios como Chapecó e Joaçaba (Figura 02) era consideravelmente menor se comparado a sua extensão na década de 1940. Da década de 1940 até o final da década de 1950, um total de 23 municípios foram emancipados na região, dentre os quais destacam-se: Herval d'Oeste, Seara, Itá, Xaxim, Xanxerê, São Carlos, Palmitos, Mondaí, Itapiranga, Descanso, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Nota-se que a maioria dos municípios emancipados na década de 1950 localizam-se nas proximidades do rio Uruguai (figura 02), local inicialmente ocupado pelos imigrantes e que divide Santa Catarina do Rio Grande do Sul, de maneira que o rio serviu como importante meio de transporte para a madeira comercializada com a Argentina nas primeiras décadas do século XX. Além disso, recorrendo a Waibel (1979), as margens do rio Uruguai foram majoritariamente ocupadas por colonos alemães, e os italianos ficaram com as partes mais altas, ou seja, as serras.



**Figura 3 - Divisão municipal de Santa Catarina – 1978**



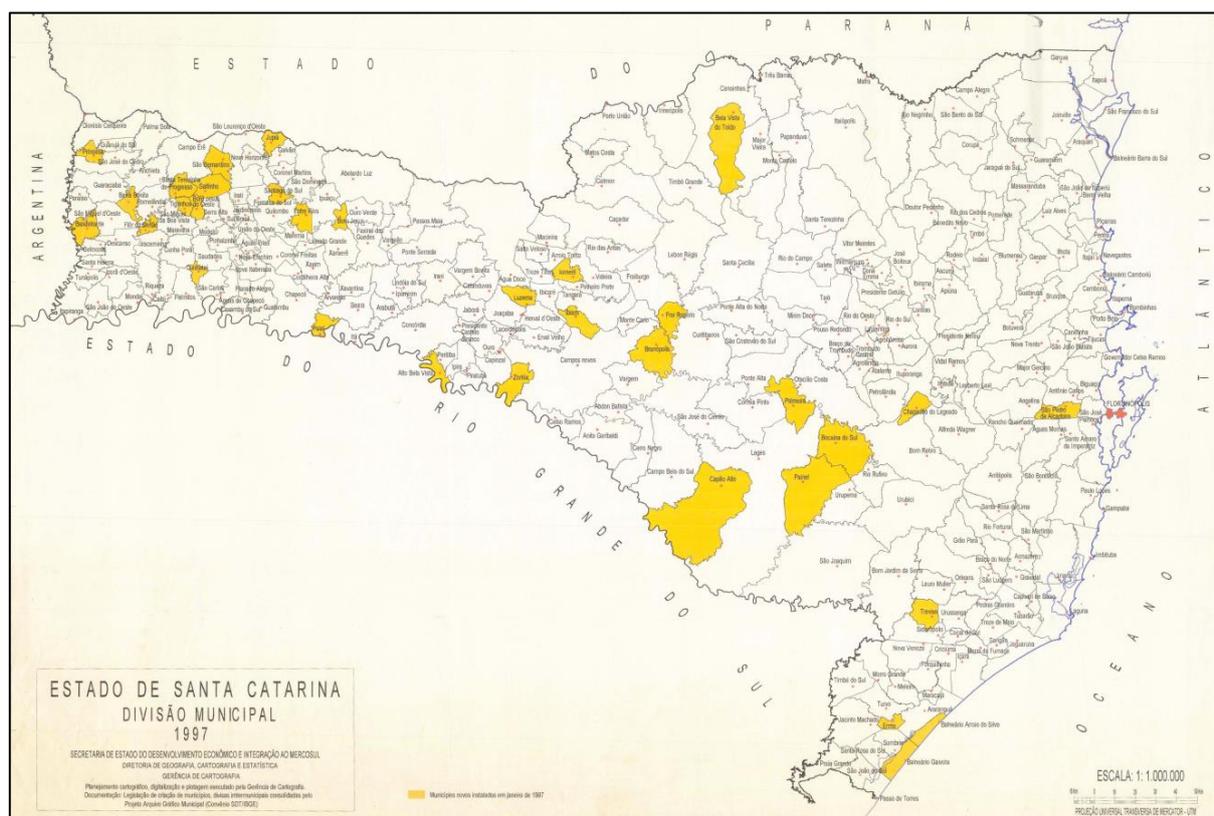
**Fonte:** Acervo digital de mapas catarinenses, (SANTA CATARINA, 1949-1997).

Na década de 1980, apenas 6 municípios foram emancipados na região. No entanto, a década de 1990<sup>10</sup> foi o período em que o maior número de pequenos municípios foi emancipado, num total de 46. De maneira geral, trata-se de municípios com um grau de importância político-econômica regional menor, se comparado àqueles dos quais foram desmembrados<sup>11</sup>, mas que passaram a exercer sua própria autonomia político-administrativa e a fortalecer as cidades que se destacavam do ponto de vista comercial, de oferta de serviços e de concentração industrial. Na figura 04, é possível observar como encontra-se, atualmente, a divisão municipal de Santa Catarina. Ademais, é possível identificar os municípios que foram emancipados por último, isto é, em 1997, marcados na cor amarela na Figura 4, sendo este o último ano da criação de novos municípios no Brasil.

<sup>10</sup>A década de 1990 foi o período de emancipação do maior número de municípios no Brasil. No Oeste catarinense não foi diferente, uma vez que foram criados mais de quarenta municípios da região. Apesar do grande número, tratam-se, na sua maioria, de municípios com população pequena (entre 2 mil e 15 mil habitantes), com importantes relações estabelecidas nas atividades econômicas da agropecuária.

<sup>11</sup>Um exemplo que pode ser citado é São Miguel do Oeste. Na década de 1990 municípios próximos, como Paraíso, Bandeirante e Barra Bonita, foram emancipados. No entanto, o desmembramento desses municípios do território administrativo de São Miguel do Oeste não diminuiu sua importância político-econômica para a região ao seu entorno.

Figura 4 - Divisão municipal de Santa Catarina – 1997



Fonte: Acervo digital de mapas catarinenses, (SANTA CATARINA, 1949-1997).

Dada a evolução do número de municípios no Oeste catarinense, demonstrados nas figuras 01, 02, 03 e 04, e sintetizadas na tabela 04, cabe mencionar que a base econômica ligada à agropecuária da região serviu de suporte, juntamente com a distribuição populacional e a criação dispersa de inúmeros núcleos urbanos, para a emancipação da grande quantidade de municípios. Trata-se de um conjunto de cidades de pequeno porte (atualmente entre 10 e 50 mil habitantes), que, desde meados das décadas de 1960-1970, desenvolveram diversas atividades que serviram, inicialmente, para centralizar a comercialização da produção oriunda do complexo rural. Ao mesmo tempo que essas cidades serviram ao complexo rural, elas nasceram deles, pois, a base produtiva da região, depois da exploração da madeira e da erva-mate, foi a agricultura e a pecuária, até meados de 1970, quando a indústria de transformação de bens não duráveis passa a fazer parte da estrutura produtiva da região.

Ademais, com o levantamento realizado sobre o ano de emancipação dos 118 municípios que compõe atualmente a mesorregião Oeste catarinense (Tabela 4), nota-se que sua grande maioria, de no máximo 10 mil habitantes, foram emancipados na década de 1990. Dessa maneira, se comparado a outras mesorregiões do Brasil e de Santa Catarina, o Oeste catarinense é caracterizado por uma divisão municipal que resulta num grande número de municípios e geralmente com área pequena.

**Tabela 4** - Quantidade de municípios emancipados por década – Oeste catarinense (1910-1990)

<b>Década de emancipação</b>	<b>Quantidade de municípios emancipados</b>
1910	2
1930	2
1940	4
1950	23
1960	35
1980	6
1990	46
<b>Total</b>	<b>118</b>

**Fonte:** Acervo digital de mapas de Santa Catarina. (Departamento Estadual de Geografia, 2022)

A consolidação de uma agropecuária diversificada está atrelada, ao longo do território da região, a uma gama de inúmeras cidades condizentes com os 118 municípios. No entanto, a atuação dos agentes econômicos na organização do espaço numa gama de cidades (entre 20 e 70 mil habitantes), com uma importância urbana regional-local diferenciada, serviram para centralizar serviços, sobretudo públicos e comerciais, demandados por uma área no seu entorno. Enquadram-se neste cenário cidades como Concórdia, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Caçador, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, além de Chapecó, que desponta dentre as demais. São cidades que, desde a década de 1950, centralizaram uma série de serviços e funções, quando muitas ainda eram pequenos núcleos urbanos, mas já possuíam volume populacional, econômico e comercial destacados se comparado às demais.

Além disso, informações coletadas em entrevistas realizadas durante trabalho de campo na região Oeste catarinense, em março de 2020, apontam que a maioria dos negócios que desde 1960 emergiram na região são decorrentes de capitais locais-regionais. Essa informação foi dada pelos gestores públicos municipais que trabalham na área de planejamento econômico, os quais sinalizaram que o movimento da economia regional não tem vinculação direta com algum tipo de capital externo. Portanto, os agentes que atuaram na organização do espaço regional no período entre 1960 e 2000, foram, além dos poderes públicos federal, estadual e municipais, os próprios capitais privados, nas suas relações comerciais, que se desenvolveram em virtude da demanda nacional e regional crescente por produtos alimentícios. Com isso, criaram-se empresas locais nos mais diversos ramos da economia alimentar: processamento de carnes, leite, armazenagem e secagem de grãos, dentre outras, além de nascer e se fortalecer, neste período, uma rede de concessionárias de veículos automotores responsáveis pelo transporte dos bens necessários à população do grande número de municípios da região. Ademais, foram instalados hospitais e escolas, ou seja, os serviços básicos essenciais nos municípios criados na região.

Portanto, a rede urbana que se formou no Oeste catarinense, remonta à importância do processo de ocupação, juntamente com a pequena produção mercantil da região. A relação campo-cidade resultante dos agentes econômicos que organizaram o espaço regional desde o processo de ocupação do Oeste catarinense é produto de uma estrutura de produção agropecuária que se mostrou crescente<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Apesar de o destaque na análise ficar entorno dos fatores econômicos, é importante ponderar que existem também relações de poder local, elites que constituíam pequenas oligarquias e patrimonialismo, condutas importadas de outras regiões e relações com o poder estadual. Não é

Por essas razões, demonstra-se que o resgate histórico da geoeconomia regional contribui para explicar a realidade em que a região se encontra hoje. A compreensão da gênese da formação econômica e social da região apresenta-se como fundamental para a leitura da realidade e da estrutura produtiva regional dos dias atuais.

O aumento do número de municípios no Oeste catarinense gerou grande número de novas prefeituras, nas quais passaram a se tomar as decisões que impulsionaram o desenvolvimento econômico regional, sobretudo pelo fomento aos agronegócios. Foi esse fomento, destaque no texto o papel do Estado via concessão de crédito agropecuário, um dos grandes responsáveis por fortalecer a estrutura produtiva da economia regional. Essa estrutura é que passou a sustentar e ao mesmo tempo é resultante de rede de pequenas cidades e de um agronegócio diversificado, o qual, historicamente, recebeu montantes consideráveis de dinheiro público para se reproduzir.

### **Considerações Finais**

O papel do Estado, através dos investimentos realizados por bancos públicos, tanto de nível federal quanto estadual, mostra-se como um motor capaz de alavancar o processo de desenvolvimento econômico, ainda que ele venha acompanhado de um sistema produtivo capitalista concentrador da produção, intensivo em tecnologia e aumento da produtividade do trabalho e das máquinas. O presente texto demonstra que no Oeste catarinense essas questões foram mais perceptíveis no setor de alimentos, o qual ampliou as capacidades produtivas de 1970 a 1990. Essa ampliação ocorreu numa espécie de resultado da combinação entre investimentos privados e investimentos públicos. Dessa maneira, do ponto de vista dos investimentos públicos, chama atenção o volume de crédito concedido pelos bancos públicos. No caso do BRDE, por exemplo, que financia operações nos três estados da região Sul do Brasil, em 1980 o estado de Santa Catarina recebeu 16,3% dos desembolsos do BRDE, ao passo que esse percentual alcançou 37,4% em 1996.

Por outro lado, de todos os desembolsos realizados nos diferentes setores produtivos pelo BADESC entre 1975 e 1999 no estado de Santa Catarina, aproximadamente 17% foi destinado ao setor agroindustrial (sendo esse o setor que mais recebeu investimentos). Já no caso do BNDES e do Banco do Brasil, ambos destinaram à Santa Catarina cerca de 2% de seus investimentos totais realizados nos diferentes estados do Brasil em 1965. Essa porcentagem, no entanto, atingiu cerca de 7% em 1995. Portanto, embora não exista maneira específica de dimensionar quanto dessas porcentagens podem ser classificadas como realizadas no recorte espacial da mesorregião Oeste catarinense, pode-se afirmar que, em virtude do expressivo crescimento ocorrido nos setores agroalimentar, metalmeccânico, de máquinas e equipamentos, dentre outros; essa região foi amplamente atendida e beneficiada pelos investimentos dos bancos públicos entre 1960 e 2000 (embora outras áreas do estado, sobretudo no litoral e no vale do Itajaí, também tenham sido beneficiadas com valores expressivos).

Isso contribuiu para criar uma base de estrutura produtiva propícia para ampliar ainda mais os volumes e valores da produção do Oeste catarinense após os anos 2000. Além disso, os avanços das forças produtivas e das relações de produção na

---

somente o fator econômico um determinante da relação campo-cidade que se formou no Oeste catarinense. A racionalidade econômica explica o processo de emancipação administrativa por um viés, mas não é um tema somente de geografia econômica, mas também geografia política.

região Oeste catarinense fez com que mais de cem municípios fossem emancipados entre 1960 e 2000. Esse grande número de municípios caracteriza a região pela sua capacidade descentralizada de ações político-administrativas municipalizadas, melhor distribuída geograficamente se comparado a outros estados e se comparado ao próprio planalto central de Santa Catarina, onde os municípios estão em menor número e com maior área.

Paralelamente, pode-se concluir que entre os anos 1960 e 2000 foi o período em que os complexos rurais foram praticamente substituídos pelos complexos agroindustriais. Para comandar o sistema agroindustrial, fortaleceu-se na região uma rede urbana capaz de atender as demandas das indústrias. Esse feito estreitou sobremaneira as relações entre as cidades e o campo, uma vez que a agropecuária passou a ser um braço da indústria e vice-versa. Dessa maneira, já não é mais possível afirmar que o campo é descolado da cidade, uma vez que a produção do campo é processada na cidade, da mesma forma que não é possível produzir no campo sem que a cidade forneça ferramentas, máquinas, insumos, utensílios, etc.

Portanto, para chegar nesse quadro, o papel dos bancos públicos, da divisão político-administrativa municipal e dos avanços na ciência e na tecnologia foram fundamentais para essa região. Trata-se de um quadro que se estruturou em decorrência de processos capitalistas que intensificaram a diversificação e a especialização produtivas da região. Neste quadro, o papel do Estado para o desenvolvimento regional via bancos públicos foi fundamental.

## **Agradecimentos e financiamento**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

## **Referências**

BADESC - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório de atividades**. Florianópolis: BADESC, 1975-1999.

BANCO DO BRASIL. **Relatório anual de atividades**. Brasília: Banco do Brasil, 1965-1995.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro: BNDES, 1965-1995.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportações municípios**. Brasília: MDIC, 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 18 ago. 2022.

**BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Relatório anual de atividades.** Porto Alegre: BRDE, 1980-1996.

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; LEONARDINI, R. B. A.; BASTOS, E. T. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 15, n. 1, p. 5-28, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática. 1989a.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989b.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA. Acervo Digital de Mapas de Santa Catarina. Disponível em <https://www.sde.sc.gov.br/index.php/biblioteca/cartografia>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil.** 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FONSECA, P. C. D. **BRDE: da hegemonia à crise de desenvolvimento.** Porto Alegre: BRDE, 1988.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná.** Londrina: Eduel, 2004.

GOULARTI FILHO, A. **A formação econômica de Santa Catarina.** 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2016.

IBGE. **Produção pecuária municipal.** Rio de Janeiro: IBGE, 1974-2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>. Acesso em: 8 dez. 2021.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros>. Acesso em: 23 jul. 2022.

JANK, M. S. Agronegócio versus agricultura familiar? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jul. 2005.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. **Papers**, Bellaterra, v. 3, p. 219-229, 1974.

RANGEL, I. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

RANGEL, I. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. São Paulo: Bial, 1990.

RANGEL, I.; BENJAMIN, C. (org.). **Obras reunidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Acervo de mapas catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, 1949-1997. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SCHMITZ, S. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE, contribuição à história bancária catarinense**. 1992. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

SILVA, J. G. da; KAGEYAMA, A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VON DENTZ, E. **A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.